

O DISFEMISMO NO DISCURSO POLÍTICO DO EDITORIAL:
UM ENFOQUE DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

DYSFEMISM POLITICAL DISCOURSE IN EDITORIALS:
A SYSTEMIC FUNCTIONAL APPROACH

Adriana Baldas Kutz BERTELLI
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP)
adribaldas@gmail.com

Sumiko Nishitani IKEDA
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP)
sumiko@uol.com.br

RESUMO: Editoriais de jornal usam palavras como armas para exercer controle ideológico, tentando persuadir a audiência a acreditar em suas propostas. Este estudo, apoiado na noção de avaliatividade e da relação metonímia-metáfora, examina a contribuição do disfemismo na crítica à trajetória do governo do presidente Bolsonaro. Para tanto, responde às perguntas: (a) Qual é a contribuição da avaliatividade na análise do disfemismo no discurso político? (b) Que papel exerce a relação metáfora-metonímia na persuasão por meio do disfemismo? Os resultados comprovam a força do disfemismo no apoio à proposta do editorial em provar a incapacidade de Bolsonaro como presidente da República.

PALAVRAS-CHAVE: Editorial; Disfemismo; Persuasão; Avaliatividade; Metáfora e metonímia conceituais.

ABSTRACT: *Newspaper editorials use words as weapons to exerted ideological control trying to make the audience believe in their proposals. This study, relying on the notion of Appraisal and the metonymy- metaphor relationship, examines the dysphemism contributions in the criticism of President Jair Bolsonaro's trajectory. Therefore, it answers these questions: (a) What is the contribution of Appraisal to the dysphemism analysis concerning political discourse? (b) What does the relation metaphor-metonymy play through dysphemism? The results show the strength of dysphemism in relying on the editorial's proposal to show Bolsonaro's inability as President.*

KEYWORDS: *Editorial; Dysphemism; Persuasion; Appraisal; Conceitual metaphor and metonymy.*

1. Introdução

Embora o eufemismo - figura de suavização da linguagem - tenha recebido considerável atenção na linguagem política, o fato é que, surpreendentemente, pouca atenção tenha sido dada ao disfemismo como estratégia retórica no discurso político (CRESPO-FERNÁNDEZ, 2013).

O disfemismo é “uma palavra ou frase com conotações ofensivas ao receptor ou à pessoa que as ouve casualmente” (ALLAN; BURRIDGE, 2006: 31). O uso da linguagem ofensiva vai além da questão de escolha lexical entre sinônimos contextuais, especialmente no discurso político.

Assim, segundo Crespo-Fernández (2007), o disfemismo é também um recurso de manipulação, em que o usuário da linguagem intensifica aspectos pouco aceitáveis de um dado conceito a fim de deliberadamente ameaçar a face do ouvinte (i.e., a sua imagem pública) ou daquela de uma terceira parte envolvida no ato comunicativo. Esse processo torna o disfemismo um instrumento persuasivo importante no exercício do controle ideológico ou social da propaganda política.

A função ideológica do disfemismo é realizada linguisticamente por meio de atos de fala de blasfêmia, acusação ou insulto, podendo ser usados para influenciar o ouvinte a não apoiar o político oponente. O disfemismo pode, assim, ser considerado uma técnica de deslegitimação (CHILTON, 2004), por meio da qual os rivais políticos são apresentados negativamente em uma tentativa de atrair eleitores em potencial, de fazer o povo apoiar uma causa ou promover a moral pública.

Fatores contextuais são cruciais para determinar a escolha da expressão disfêmica. Na verdade, a qualidade disfêmica de uma palavra ou expressão não pode ser considerada uma qualidade intrínseca da palavra fora de contexto. Como Allan e Burridge afirmam, disfemismo, e sua contraparte eufemismo, “são determinados pela escolha de expressão em um dado contexto: ambos ditos em um mundo **de** e ditos em um mundo **em**” (ALLAN; BURRIDGE, 1991: 4; ênfase no original).

O objetivo do presente artigo é o exame da contribuição do disfemismo como instrumento persuasivo na crítica ao governo do presidente Jair Bolsonaro, em um editorial de jornal. A análise segue na esteira do discurso político-crítico (CRESPO-FERNANDEZ, 2013; VAN DIJK, 1997); da avaliatividade referente ao posicionamento do enunciador (MARTIN; WHITE, 2005) e da metáfora, traço importante da retórica política, no enquadre conceitual, iniciada por Lakoff e Johnson (1980), e mostra a relação da metáfora com a metonímia, envolvendo a questão da coesão textual (LI, 2010). Para tanto, este

artigo responde às perguntas: (a) Qual é a contribuição da avaliatividade na análise do disfemismo no discurso político? (b) Que papel exerce a relação metáfora-metonímia na persuasão por meio do disfemismo?

2. Fundamentação teórica

2.1. O discurso político e a persuasão

A arte de persuadir por meio da palavra está, sem dúvida, ligada à comunicação política. De fato, a retórica, considerada como a fala ou a escrita persuasiva, exerce um papel crucial na propaganda política, ao persuadir o povo à ação por meio do planejamento da convicção e da sedução, processos que se incluem no hiperprocesso da persuasão (KITIS; MILAPIDES, 1997). Para examinar o uso retórico do disfemismo em artigos de jornais, pode-se recorrer a diferentes enquadres teóricos (CRESPO-FERNANDEZ, 2013), como é o caso deste estudo, que recorre à Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A análise do discurso político-crítico coloca o discurso político em uma abordagem crítica mais ampla do discurso. Esse tipo de recurso estuda o uso de padrões linguísticos ou palavras-chave para atingir metas políticas específicas ou, como diz van Dijk (1997: 11), para "tratar especialmente da reprodução do poder, do abuso do poder ou da dominação por meio do discurso político".

O discurso político pode ser assim considerado como uma forma de ação política que faz o trabalho ideológico, exerce o controle social e, assim, legitima o poder no contexto sociopolítico. Portanto, a linguagem é capaz de ter um impacto no modo como os fenômenos sociais e políticos são percebidos e nas reações do povo a esses fenômenos.

Como afirma van Dijk (1993: 259), se falantes ou grupos poderosos agem ou, por outro lado, exibem seu poder no discurso, precisamos saber exatamente como isso é feito. E, se eles assim são capazes de persuadir ou influenciar seu auditório, queremos também saber quais seriam as estruturas e estratégias discursivas envolvidas nesse processo. Assim é precisamente a abordagem do discurso político seguido aqui, uma análise crítica e sistemática do vocabulário disfêmico empregado em seu texto.

Essa análise recorre à noção de avaliatividade (MARTIN, 2000), que mapeia os recursos usados para avaliar a experiência social (MARTIN, 2000; MARTIN; WHITE 2005; WHITE, 2003). Esses recursos podem se realizar através de várias estruturas gramaticais e léxico, como veremos.

2.2. A avaliatividade

O presente estudo tem o apoio da teoria da avaliatividade (tradução de *appraisal*), um desenvolvimento da metafunção interpessoal, da Linguística Sistêmico-Funcional, referente à linguagem da avaliação, envolvendo não só a atitude, constituída por afeto, julgamento e apreciação, mas também o engajamento e a graduação, conforme demonstrado no Quadro 1.

A avaliatividade é usada para expressar e reagir a visões pessoais e posições ideológicas. Mais precisamente, como afirmam Martin e White (2005:1), a avaliatividade “refere-se ao modo como os escritores/falantes aprovam ou desaprovam, apreciam ou abominam, aplaudem ou criticam, e como posicionam os leitores/ouvintes a fazer o mesmo”. Essa estrutura é adequada especialmente para avaliar a força dos itens lexicais usados pelo editorial para criticar e condenar, no caso analisado, o então presidente da República, Jair Bolsonaro.

Quadro 1– Recursos da Avaliatividade

AVALIATIVIDADE (APPRAISAL)	ATITUDE	Afeto (emoções)	
		Julgamento (ética)	
		Apreciação (estética)	
		Avaliação Social	
	ENGAJAMENTO	Monoglóssico	
		Heteroglóssico	
	GRADUAÇÃO	Força	aumenta
			diminui
		Foco	aguça
			suaviza

Fonte: Martin (2003)

Martin (2003) assim define os elementos que compõem a avaliatividade:

Atitude abrange: **afeto**, envolvendo um conjunto de recursos linguísticos para avaliar a experiência em termos afetivos, indicando o efeito emocional positivo ou negativo de um evento; **juízo** envolvendo significados que servem para avaliar o comportamento humano com referência a normas que regem como as pessoas devem ou não agir; **apreciação**, construindo a qualidade estética dos processos semióticos do texto, além de fenômenos naturais (‘notável, desejável, harmonioso, elegante, inovador’, etc.) e **avaliação social-**

uma subcategoria de apreciação, refere-se à avaliação positiva ou negativa de produtos, atividades, processos ou fenômenos sociais.

ENGAJAMENTO é um conjunto de recursos que capacita o escritor (ou o falante) a tomar uma posição pela qual sua audiência é construída como partilhando da mesma e única visão de mundo - **monoglossia** - ou, por outro lado, a adotar uma posição que explicitamente reconhece a diversidade entre várias vozes - **heteroglossia**.

GRADUAÇÃO envolve um conjunto de recursos para aumentar ou diminuir a intensidade da avaliação.

Dentre os três domínios da avaliatividade (atitude, engajamento e graduação), a análise do disfemismo neste artigo concentra-se especialmente na atitude e na graduação: mais precisamente, atitude como julgamento (referente a atitudes para pessoas e seu comportamento); avaliação social (referente à avaliação de produtos, atividades, processos ou fenômenos sociais) e força (referente à graduação de acordo com a intensidade ou quantidade).

Por outro lado, a avaliatividade permite não somente expressões de significado avaliativo explícito ou implícito, mas também explica os modos pelos quais padrões de significado avaliativo se acumulam dinamicamente através do texto, processo denominado de prosódia. Assim, como Martin (1992: 553-559) e outros sistemicistas notaram, as realizações de significados interpessoais tendem a ser mais "prosódicas" do que as realizações mais segmentáveis e localizadas dos significados ideacionais. Para Lemke (1998), componentes redundantes, qualificadores e amplificadores ou restritivos, daquilo que é funcionalmente uma única avaliação, espalham-se através da oração ou da oração complexa ou, mesmo, de longos trechos de um texto.

Além disso, a persuasão implícita não é realizada por adjetivos e advérbios claramente persuasivos, mas graças a determinadas escolhas léxico-gramaticais, não consideradas interpessoais pela tradição, mas que, combinadas a contextos específicos, podem tornar-se altamente persuasivas. Assim, a avaliação, positiva ou negativa, pode ser feita, conforme assinala Martin (2000), por meio do que ele chama de "tokens" de atitude, isto é, a avaliação implícita feita através de descrições de "fato" aparentemente isento de valor, já que feita sem o uso de termos explicitamente avaliativos.

O ponto é que esses significados aparentemente factuais (parecem ser meramente informações) têm a capacidade na cultura de evocar respostas avaliativas, dependendo da posição de leitura social, cultural e ideológica do leitor.

2.3. A metáfora conceitual

A teoria conceitual da metáfora, tal como definida por Lakoff e Johnson (1980) e desenvolvida pelos trabalhos de Lakoff e Turner (1989); Lakoff (1993) e a análise crítica da metáfora (CHARTERIS-BLACK, 2004, 2005), é vital para a linguagem da liderança política (MUSOLFF, 2004, 2010; CARVER; PIKALO, 2008).

Para se ter uma ideia do que significa um conceito ser metafórico e por tal conceito estruturamos nossa atividade diária, Lakoff e Johnson (1980, p. 4) exemplificam com o conceito ARGUMENTO (os elementos negritos) e a metáfora conceitual ARGUMENTO É GUERRA:

Suas reivindicações são **indefensáveis**. - Ele **atacou** todos os pontos fracos do meu argumento. - Suas críticas foram **diretas no alvo**. - Eu **demoli** seu argumento. - Nunca **venci** uma discussão com ele. - Você discorda? Ok, **atire!** - Se você usar essa **estratégia**, ele vai **acabar** com você. - Ele **derrubou** todos os meus argumentos

A metáfora conceitual é um instrumento com a capacidade de estruturar nosso sistema conceitual, provendo uma maneira de entender o mundo. A metáfora é definida como um "mapeamento de domínio-cruzado do sistema conceitual" (LAKOFF, 1993 [1979]: 203), isto é, um mapeamento ou um conjunto de correspondências do domínio **fonte** (i.e. do reino da realidade física ou do mais concreto) para o domínio **alvo** (i.e. o conceito que se deseja delimitar e reificar).

Por meio dessa correspondência, a metáfora é um meio de criar, de organizar e de entender a realidade. De acordo com essa abordagem cognitiva da metáfora, Charteris-Black (2005: 26) analisa a natureza pragmática da metáfora para "identificar as ideologias subjacentes ao uso da língua". A análise crítica da metáfora revela o modo como certos códigos e valores ideológicos são transmitidos e como os políticos os manipulam para exercer o controle social por meio do uso da língua.

Para Charteris-Black (2004), uma metáfora conceitual toma a forma de A é B (e.g. VIDA É VIAGEM), o que significa que há muitas "expressões metafóricas" (e.g. **estar numa encruzilhada, sair do caminho**) nas quais um domínio de experiência (e.g. VIDA) é sistematicamente conceituada em termos de outra (e.g. VIAGENS). Notemos que a designação de "expressões metafóricas" já evidencia a

dependência da metáfora de elementos que a constituem, como veremos a seguir.

Assim, de acordo com Velasco-Sacristán (2010), em uma abordagem cognitivo-semântica, as metáforas conceituais seriam casos especiais da interação conceitual entre metáfora e metonímia¹. Prova-se, continua a autora, a existência de padrões metonímicos subjacentes à metáfora, corroborando a visão de Taylor (1995: 138), “de que todas as metáforas conceituais precisam necessariamente de metonimizicações subjacentes”. Essa visão também apoia as ideias de Dirven (1993), Croft (1993), Barcelona (2000 a,b), Radden (2000), Ruiz De Mendoza Ibáñez (2000) e Geeraerts (2003) sobre a existência de um *continuum* metonímia-metáfora.

O referido *continuum* seria constituído da seguinte forma. Na linguística cognitiva, a metonímia é considerada como sendo “um processo cognitivo que evoca² um *frame*” (PANTHER; RADDEN, 1999: 9). Dessa perspectiva, “uma metonímia consiste de uma estrutura/conceito **fonte**, que por meio de uma pista no modo comunicativo (língua, imagens, música, som, gesto, etc.) permite ao endereçado da metonímia inferir – com base em seu *frame* - a estrutura/conceito **alvo**” (FORCEVILLE, 2009: 58). O endereçado faz a inferência por meio de pistas visuais com base no seu conhecimento cultural, bem como no contexto imediato de comunicação.

A metonímia é, então, considerada como precedente à metáfora conceitual. Assim, na seção 2.3. A metáfora conceitual, nos exemplos negritados, de Lakoff e Johnson, ou de Charteris-Black, as “expressões metafóricas” seriam “expressões metonímicas”.

Velasco-Sacristán (2010) ilustra essa dependência por meio da publicidade de lingerie feminina, enunciada por uma bela jovem, com referência à metáfora A LINGERIE É UMA MULHER, conforme mostrada no Quadro 2. O objetivo da publicidade, segundo Thompson e Thetela (1995), é esperar que, em algum nível de compreensão, a compradora acredite que, usando a lingerie, tornar-se-ia sedutora como a jovem aí apresentada, daí a noção de contiguidade atribuída à metonímia³ desde as definições tradicionais.

Segundo a autora, a metáfora A LINGERIE É UMA MULHER pressupõe MULHER, reduzida a seus traços estereotipados (sedutora, atraente, excitante) que é entendida metonimicamente como um OBJETO SEXUAL.

¹ Velasco-Sacristán (2010) relaciona também a sinédoque, o que não será feito aqui.

² Notemos que a ideia de “contiguidade” contida em “evoca” recupera a consideração tradicional do fenômeno metonímico, hoje incluindo o papel do *frame* (metonímia definida em termos de contiguidade e metáfora definida em termos de similaridade).

³ E de comparação à metáfora.

coesão lexical e sua relação com a escolha lexical⁴, na construção de significados no discurso que transcendem os significados referenciais de cada palavra por meio da interação de itens lexicais que se relacionam semântica e pragmaticamente. A coesão lexical é um processo dinâmico que formata o significado no texto e contribui para a informação geral. Daí a importância da coesão lexical no processo da construção da ideologia do texto.

Nesse contexto, a análise da coesão lexical enfoca os itens lexicais relacionados – que seriam as metonímias – construindo metáforas dominantes que funcionam como temas organizacionais, a fim de criar um determinado entendimento do evento.

Pode-se concluir que um texto não coeso falharia na relação entre as escolhas de itens lexicais, não permitindo a formação da metáfora e, conseqüentemente, a compreensão do texto.

Li mostra a formação da “metáfora da enchente” em editorial do *The New York Times*, referente aos protestos chineses contra o bombardeio da sua embaixada pelas forças da OTAN:

METÁFORA DA ENCHENTE

1. Amplos e irados protestos **irromperam** nas redondezas dos escritórios do governo americano em diversas cidades
2. Os protestos marcaram um momento extraordinário em cidades controladas, em que tais **explosões** são normalmente proibidas
3. Um grupo de 50 pessoas **invadiram** as linhas policiais
4. Eles estavam certamente despreparados para o **derramamento** de ódio que se alastrou o dia todo
5. A corrente **explosiva** de emoção nacionalística
6. O bombardeio permitiu que o nacionalismo adormecido e o sentimento antiocidente **irrompessem** à superfície
7. Uma poderosa **afluência** de sentimento antiamericano foi desencadeada após o bombardeio do fim de semana.

E, finalizando a seção da teoria em que se apoia análise neste artigo, apresenta-se uma questão estreitamente ligada ao uso do disfemismo na interação social: o trabalho de face.

2.4. Trabalho de face e polidez

A teoria da polidez, de Brown e Levinson (1987), está relacionada a princípios que regem a interação verbal e consiste na posição tomada pelo falante em relação: (i) ao seu interlocutor e (ii)

⁴ Segundo a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), quando se faz uma **escolha** no sistema linguístico, o que se escreve ou o que se diz adquire significado contra um fundo em que se encontram as escolhas que poderiam ter sido feitas, mas que não o foram, fato importante na análise do discurso.

ao conteúdo proposicional do ato de fala que profere. Ela está pressuposta em todas as sociedades, não importando as variações de interpretação a ela dadas nos grupos e nas diferentes situações.

Uma das atrações do modelo de Brown e Levinson é que os autores associam o Princípio da Polidez à noção de face e trabalho de face desenvolvida por Goffman (1967). Face, de acordo com Goffman, é a exposição pública do *self*, imagem pública que qualquer indivíduo quer preservar na interação; trabalho de face refere-se às comunicações designadas para criar, apoiar ou desafiar essa face. De acordo com Goffman, a combinação de duas regras – a regra do respeito próprio e a regra de consideração pelo outro – faz com que uma pessoa tenda a portar-se, em um encontro, de modo a manter tanto a própria face como a face dos demais participantes.

Brown e Levinson definem a noção de “face” e as de “face positiva” e “face negativa” (1987, p.61):

FACE é a imagem pública que qualquer membro quer reivindicar para si, e que consiste de dois aspectos relacionados.

- (a) Face negativa: a reivindicação básica de território, de resguardo pessoal, de direitos de não ser perturbado – i.e., de liberdade de ação e de liberdade em relação à imposição.
- (b) Face positiva: a própria imagem ou personalidade consistente positiva (incluindo, em especial, o desejo de que esta imagem seja apreciada e aprovada) reivindicada pelos interlocutores.

Vê-se, assim, que a interação social apresenta um dilema para os interlocutores. De um lado, as pessoas são motivadas a manter sua face positiva ou sua face negativa. De outro lado, elas precisam realizar atos que ameaçam essas motivações. Como, então, podemos enfrentar esse dilema? De acordo com P. Brown e Levinson (1987), num contexto de vulnerabilidade mútua de face, qualquer falante tentará evitar o ato de ameaça à face ou empregará estratégias para minimizar a ameaça.

3. Metodologia

A análise é qualitativa, seguindo a tradição dos analistas do discurso crítico, que em geral confiam em dados, como Hakam (2009: 36). O método usado, conforme observa Schäffner (1997a; b), inicia-se no micronível linguístico, examinando a função que cada escolha léxico-gramatical exerce no macronível do discurso. Iniciar a análise com os dados linguísticos parece especialmente útil aqui porque, como nota Partington (2003: 27): “nem sempre é possível, ou mesmo desejável, estabelecer *a priori* a função de um texto”. Assim, a metodologia da pesquisa a seguir corresponde à abordagem “bottom-up” para explicar os dados obtidos.

3.1 Dados

O editorial “O mito da Caverna” foi publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 8 de setembro de 2021. Nele, foram selecionados os termos considerados disfêmicos, direcionados ao presidente Bolsonaro. O tema do editorial, antecipado na lide (“Atos da Independência confirmam isolamento progressivo de Bolsonaro rumo à inviabilidade”), tenta persuadir o leitor sobre a incapacidade de Bolsonaro governar o País, evidenciada pelo seu modo de agir, bem como pelo resultado pífilo de suas ações à frente da presidência. Essas características são descritas por meio de palavras disfêmicas, selecionadas para constituir um discurso de alto poder persuasivo. O termo “inviabilidade”, constante da lide, visa a antecipar a impossibilidade de o presidente almejar uma reeleição.

3.2 Procedimentos de análise

A análise do editorial “O mito da caverna” segue os seguintes passos:

- (a) apresentação do texto em que são negritados os termos considerados disfêmicos;
- (b) análise dos termos disfêmicos com o apoio da avaliatividade;
- (c) estabelecimento de metáforas resultantes da soma dos termos disfêmicos – as expressões metonímicas; e
- (d) considerações sobre a análise no item “Discussão”.

4. Análise e Discussão dos Resultados

Passamos a analisar, do ponto de vista do disfemismo, o editorial: “O mito na caverna”.

O MITO NA CAVERNA

FSP 08.09.2021

Atos da Independência confirmam isolamento progressivo de
Bolsonaro rumo à inviabilidade

Os protestos do Dia da Independência mostraram um Jair Bolsonaro cada vez mais **atrelado** [Julgamento (-)] a seu cordão de **fanáticos** [Avaliação Social (-)] e **isolado** [Julgamento (-)] da institucionalidade e da maioria da população. O **mito** [Julgamento (-) *token*], como é chamado por **bajuladores fanáticos** [Avaliação Social (-)], **enfurna-se** [Julgamento (-)] na **caverna da inviabilidade política** [Avaliação Social (-)]. **Nenhum** [Graduação (+)] **chefe de Poder nem governador perfilou-se** [Avaliação Social (-)] ao lado do presidente da República na sua jornada de **epifania golpista** [Avaliação Social (-)]. As concentrações de manifestantes foram expressivas, embora muito longe de excepcionais. A nota positiva foi seu caráter pacífico. Ainda que dez vezes mais pessoas houvessem comparecido, a **intentona autoritária** [Avaliação Social (-)] do chefe do governo estaria embalada numa **minoría farfalhante** [Avaliação Social (-)] que se **desgarrou** [Avaliação Social (-)] das aspirações democráticas de 3 em cada 4 brasileiros.

Discussão: O editorial recorre a termos disfêmicos para persuadir o leitor sobre a inviabilidade enunciada na lide, cujo modificador pode ser recuperado pelo seu *frame*, ou seja, à “inviabilidade à reeleição” do presidente Bolsonaro. A análise do disfemismo concentra-se especialmente na atitude de julgamento negativo para a conduta de Bolsonaro frente ao governo, além da Avaliação Social negativa para as consequências de seu governo e que o estariam afastando seus correligionários. A crítica é feita com o apoio da graduação de força aumentada (referente à intensidade da avaliação), como em “nenhum” chefe de governo [...] perfilou; cada vez “mais”; “minoría” farfalhante.

As escolhas lexicogramaticais no editorial realizam a coesão (Li, 2010) por meio dos termos disfêmicos: “atrelado” a seu “cordão de fanáticos”, “isolado da institucionalidade”, “enfurna-se na caverna da inviabilidade política”, “minoría farfalhante”, “desgarrou-se das aspirações democráticas”, ou seja, das expressões metonímicas, que constroem o isolamento político do presidente, expresso na metáfora.

BOLSONARO É UMA ILHA.

Nos discursos, Jair Bolsonaro **ameaçou** [Julgamento (-)] o Supremo Tribunal Federal e o seu presidente, Luiz Fux, de um **golpe** [Avaliação Social (-)] caso não se submetam aos caprichos do projeto de **ditador** [Julgamento (-)]. Exortou à **desobediência** [Julgamento (-)] de ordens do ministro Alexandre de Moraes. As novas **afrontas** [Avaliação Social (-)] não podem passar incólumes pela Câmara dos Deputados e pela Procuradoria-Geral da República.

Discussão: Nesse contexto, o editorial descreve a conduta do presidente com termos disfêmicos como “golpe” e “ditador” que, no *frame* do leitor, acumulam lembranças de um passado sombrio, sempre presentes na memória do povo brasileiro, assim contribuindo para aumentar a força persuasiva desse discurso político. Todas as avaliações referentes às atitudes de Bolsonaro, expressas por verbos e nomes (“ameaçou”, “desobediência”, “afrontas”) são negativas e com gradação de força aumentada, e, mais grave, atingem importantes figuras do governo brasileiro, o presidente do STF, Luiz Fux e o ministro Alexandre de Moraes.

As expressões metonímicas, marcadas pelo difemismo, garantem a coesão textual do trecho, contribuindo para o seu entendimento, e expressam a metáfora resultante:

BOLSONARO É PERIGO.

A utilização de recursos públicos caríssimos, como aeronaves e aparato de segurança, em atos de óbvia e única motivação político partidária tem tudo para alimentar ações na Justiça que poderão redundar na **inabilitação** [Avaliação Social (-)] do presidente para candidatar-se ao segundo mandato em 2022. Bolsonaro também fez **insinuação tosca** [Apreciação (-)] sobre promover uma reunião do Conselho da República, entidade que opina em situações de instabilidade institucional e de segurança, mas foi **ignorado** [Julgamento (-)] por autoridades integrantes do órgão, que pelo visto não darão azo a mais esse **esbirro subversivo** [Apreciação (-)]. Na véspera, o mandatário havia assinado medida provisória proibindo plataformas da internet de retirar do ar conteúdos que violem as suas regras de uso. A **abstrusa intervenção**

[Apreciação (-)], que deveria ser devolvida pelo presidente do Congresso Nacional por choque vertical, com a Constituição destinou-se tão somente a inflamar os atos.

Discussão: A escrita persuasiva, por meio de recursos retóricos, exerce um papel crucial na propaganda política. Neste trecho do editorial, termos disfêmicos como “tosca”, “esbirro”, “abstrusa”, “ignorado”, plenos de ameaça à face presidencial, criam contexto para a interpretação de possível “inabilitação” à aspiração eleitoreira de Bolsonaro, a meta da persuasão editorial.

Neste terceiro estágio⁵, após mostrar o isolamento do presidente, abandonado em seu projeto de reeleição, mas ainda representando perigo para as instituições democráticas, a retórica persuasiva concentra-se na avaliatividade negativa de suas características pessoais, fazendo resultar a metáfora:

BOLSONARO É UM INAPTO.

O mandatário, como se nota, tornou-se **prisoneiro** [Julgamento (-)] da lógica da agitação pela agitação. Precisa criar um **factoide** [Apreciação (-)] por minuto a fim de manter mobilizado seu **círculo de idólatras** [Julgamento (-)]. Não é justo, no entanto, que carreie nesse vórtice as energias institucionais de uma **nação assolada** [Avaliação Social (-) Graduação (+)] por uma epidemia mortal, pela carestia e pelo desemprego.

Discussão: A linguagem é capaz de ter um impacto no modo como os fenômenos sociais e políticos são percebidos e nas reações do povo a esses fenômenos (VAN DIJK, 1997). Nesse sentido, o editorial retoma o discurso que vem sendo construído em torno de Bolsonaro. Trata-se do “perigo” que um presidente “inapto” representa para o Brasil, uma nação “assolada” na época, por graves problemas, muitos deles consequência da pandemia de Covid-19.

⁵ **Martin** (1984: 25) define GÊNERO como sendo uma atividade, organizada em **estágios**, orientada para uma **finalidade** na qual os falantes se envolvem como membros de uma determinada cultura.

Assim, a menção linguística de “epidemia mortal” tem o impacto de trazer à memória do povo os desmandos de Bolsonaro, que, incentivado pelo “círculo de idólatras”, recorre a *fake news* divulgados pela mídia, causando a morte de milhares de pessoas.

BOLSONARO É UM ANTIPATRIOTA

O melhor modo de enfrentar a ameaça com o menor dano possível ao futuro do país é tomar a via oposta à que trilha Bolsonaro, que fala muito, mas **trabalha pouco** [Julgamento (-)]. A reação deveria fugir do ruído e funcionar nas atitudes, nas investigações, nos processos e na responsabilização pela **profusão de desmandos** [Avaliação Social(-)] do presidente da República. O Estado democrático de Direito dispõe de remédios eficazes contra a **tiranía** [Avaliação Social (-)]. Que sejam administrados em **dose neutralizante** [Apreciação (+) *token*] ao **corpo estranho** [Julgamento (-)] que tenta **açambarcar** [Avaliação Social (-) a República.

Discussão: O que fazer com um presidente que “trabalha pouco”, mas pratica uma “profusão de desmandos”? Como enfrentar a “tiranía” que marca sua posição na presidência da República? Novamente, a força do disfemismo, amparada por avaliatividade negativa de graduação de força aumentada, age no caminho da persuasão por emoção (KITIS; MILAPIDES (1997) bem como por convicção graças ao *frame* do leitor. A metáfora resultante é:

BOLSONARO É INELEGÍVEL.

5. Considerações Finais

Este estudo, apoiado na noção de avaliatividade e da relação metonímia/metáfora, examinou, no editorial “O mito da caverna”, a contribuição do disfemismo na crítica à trajetória do governo do presidente Bolsonaro.

A pesquisa responde às perguntas: (a) Qual é a contribuição da avaliatividade na análise do disfemismo no discurso político? (b) Que papel exerce a relação metáfora-metonímia na persuasão por meio do disfemismo?

Para tanto, a análise de “O mito da caverna” levou em conta o fato de que as escolhas lexicais, que os usuários da língua fazem, representam um potencial imenso para a persuasão da massa e um profundo impacto no modo como os fenômenos sociais e políticos são percebidos. Nas palavras e expressões disfêmicas usadas no editorial é o significado emocional (sobre o significado denotativo) que impressiona a mente e torna as escolhas feitas prontamente acessíveis à meta persuasiva.

A análise da linguagem disfêmica do editorial prova que o hábil uso do disfemismo se destaca como um elemento valioso na propaganda política e está intimamente ligado às metas políticas de persuadir o leitor às ideias do jornal. A língua é usada como uma arma para atacar o presidente.

O apoio via avaliatividade aliada à relação metonímia/metáfora revela o modo como o texto se vale da versão negativa da avaliatividade para caracterizar os desmandos cometidos pelo presidente Bolsonaro. A opção por uma palavra disfêmica em contexto específico constitui uma expressão de atitude de julgamento moral e avaliação social implicitamente codificadas na palavra escolhida (ALLAN; BURRIDGE, 1991).

Nesse caminhar, os termos disfêmicos, de forte graduação de força maior de avaliatividade negativa, incorporam as metonímias que, no conjunto constroem metáforas, tentando mostrar a incapacidade de Bolsonaro à frente de seu governo, para, assim, evitar a sua reeleição.

A relação metáfora/metonímia permitiu, graças ao *frame* do leitor (seu conhecimento do mundo) condicionado à metonímia, recuperar as metáforas pretendidas pelo editorial para descrever o presidente da República como sendo: uma ilha isolada; um perigo; um ser inapto; antipatriota e inelegível.

Agora que sabemos do resultado da votação que tornou Bolsonaro inelegível por oito anos, pode-se ver, no último período do texto, que já em 2021 prenunciava a vontade do povo brasileiro em ver extraído o “corpo estranho” que tentou “açambarcar” a República. Não há como negar que a força do disfemismo foi uma das contribuições para esse desfecho e que o lide do editorial já prenunciava com o auxílio do *frame* do leitor, subentendendo “da reeleição” ao termo “inviabilidade”:

Atos da Independência confirmam isolamento progressivo de Bolsonaro rumo à inviabilidade.

Referências bibliográficas

ALLAN, K.; BURRIDGE, K. *Euphemism and Dysphemism: language used as shield and weapon*. New York: Oxford University Press, 1991.

BERTELLI, Adriana Baldas Kutz; IKEDA, Sumiko Nishita. O disfemismo no discurso político do editorial: Um enfoque da linguística sistêmico-funcional. *Revista Intercâmbio*, v.LIII, e62941, 2023. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

ALLAN, K.; BURRIDGE, K. *Forbidden words: taboo and the censoring of language*. New York: Cambridge University Press, 2006.

BARCELONA, A. The cognitive theory of metaphor and metonymy. In: BARCELONA A. (ed.), *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 1-28, 2000a.

BARCELONA, A. On the plausibility of claiming a metonymic motivation for conceptual metaphor. In: Barcelona A. (ed.), *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Topics in English linguistics. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 31-58, 2000b.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARVER, T.; PIKALO, J. *Political Language and Metaphor: Interpreting and Changing the world*. In: Routledge innovations in Political Theory., London, Routledge, 2008.

CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus approaches to critical metaphor analysis*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

CHARTERIS-BLACK, J. *Politicians and rhetoric – the persuasive power of metaphor*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

CHILTON, P. *Analysing political discourse: theory and practice*. London: Routledge, 2004.

CRESPO-FERNÁNDEZ, E. *El eufemismo y el disfemismo: procesos de manipulación del tabú en el lenguaje literario inglés*. Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2007.

CRESPO-FERNÁNDEZ, E. Words as weapons for mass persuasion: dysphemism in Churchill's wartime speeches. *Text & Talk*, 33.3: 311-330, 2013.

CROFT, W. The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies. *Cognitive linguistics*, 4: 335-370, 1993.

DIRVEN, R. Metonymy and metaphor: different mental strategies of conceptualisation. *Leuvense bijdragen*, 82: 1-28, 1993.

FORCEVILLE, C. Non-verbal and multimodal metaphor in a cognitivist framework: agendas for research., In: FORCEVILLE, C.; URISO-APARISI, E. (ed.). *Multimodal Metaphor*, Berlin: De Gruyter, 2009.

BERTELLI, Adriana Baldas Kutz; IKEDA, Sumiko Nishita. O disfemismo no discurso político do editorial: Um enfoque da linguística sistêmico-funcional. *Revista Intercâmbio*, v.LIIII, e62941, 2023. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

GEERAERTS, D. The interaction of metaphor and metonymy in composite expressions. In: DIRVEN, R.; PÖRINGS, R. (ed.). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books, 1967 [1955].

HAKAM, J. The 'cartoon controversy': a critical discourse analysis of English-language Arab newspaper discourse. *Discourse & Society*, 33-57, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. *An introduction to Functional grammar*. London: Arnald, 2004.

KITIS, E.; MILAPIDES, M. Read it and believe it: how metaphor constructs ideology in news discourse, a case study. *Journal of Pragmatics*, 28: 557-590, 1997.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, Andrew (ed.) *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 202-251, 1993.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

LEMKE, Jay L. Resources for attitudinal meaning – evaluative orientations in text semantics. *Functions of Language*, 5,1. 33-56, 1998.

LI, J. Transitivity and lexical cohesion: press representations of a political disaster and its actors. *Journal of Pragmatics*, 42.12: 3444-3458, 2010.

MARTIN, J. R. Language, register and genre. In: CHRISTIE F. (org.). *Language studies: children's writing: reader*. Geelong: Deakin University Press, 1984.

MARTIN, J. R. *The English text – System and structure*: Amsterdã: John Benjamins, 1992.

BERTELLI, Adriana Baldas Kutz; IKEDA, Sumiko Nishita. O disfemismo no discurso político do editorial: Um enfoque da linguística sistêmico-funcional. *Revista Intercâmbio*, v.LIII, e62941, 2023. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

MARTIN, J. R. Beyond exchange: Appraisal Systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (org.). *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: University Press, 2000.

MARTIN, J. R. Introduction. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J.R. (org.). *Text and Talk*, 23.2: 171-181, 2003.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: Appraisal in English*. Londres: Palgrave Macmillan, 2005.

MUSOLFF, A. *Metaphor and political discourse: analogical reasoning in debates about Europe*. London: Palgrave Macmillan, 2004.

MUSOLFF, A. *Metaphor, Nation and the Holocaust: The concept of the body politic*. London: Routledge, 2010.

PANTHER, K.; RADDEN, G. *Metonymy in language and thought*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

PARTINGTON, A. *The linguistics of political argument: the spin-doctor and the wolf-pack at the White House*. London, England: Routledge, 2003.

RADDEN, G. How metonymic are metaphors? In: BARCELONA, A. (ed.). *Metaphor and metonymy at the crossroads*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.

RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, F. J. The role of mappings and domains in understanding metonymy. In: BARCELONA, A. (ed.). *Metaphor and metonymy at the crossroads*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.

SCHÄFFNER, C. Metaphor and interdisciplinary analysis. *Journal of Area Studies*, 11: 57-72, 1997a.

SCHÄFFNER, C. Translation Studies. In: VERSCHUEREN, J.; ÖSTMAN, J.-O., BLOMMAERT, J., BULCAE, C. (ed.). *Handbook of Pragmatics*. Amsterdã: John Benjamins, 1-17, 1997b.

TAYLOR, J. R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1995. [1989]

THOMPSON, G.; THETELA, P. The sound of one hand clapping: the management of interaction in written discourse. *Text & Talk*, 15.1: 103-128, 1995.

BERTELLI, Adriana Baldas Kutz; IKEDA, Sumiko Nishita. O disfemismo no discurso político do editorial: Um enfoque da linguística sistêmico-funcional. *Revista Intercâmbio*, v.LIII, e62941, 2023. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

VAN DIJK, T. A. *Elite discourse and racism*. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

VAN DIJK, T. A. *Discourse as social interaction*. Spain: Pompeu Fabra University, 1997.

VELASCO-SACRISTÁN, M. Metonymic grounding of ideological metaphor: evidence from advertising gender metaphor. *Journal of Pragmatics*, 42: 64-96, 2010.

WHITE, P. R. R. Beyond modality and hedging: a dialogic view of the language of intersubjective stance. In: *Text*, 23.2, 259-284, 2003.

Recebido em: 30/08/2023

Aprovado em: 08/08/2023



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada